

INSTITUTO NÃO ACEITO CORRUPÇÃO

C.N.P.J. 23.151.364/0001-78

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

Instituto Não Aceito Corrupção

C.N.P.J. 23.151.364/0001-78

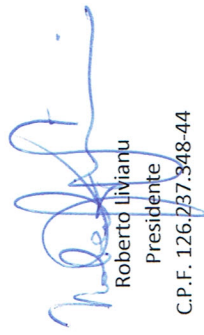
Balancos patrimoniais

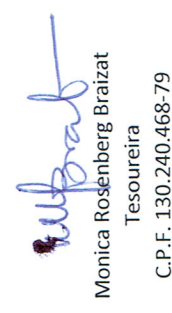
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

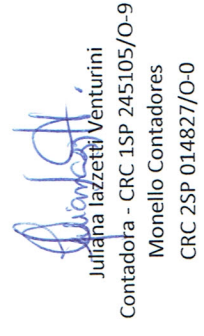
(Em Reais)

Ativo	Nota	2016	2015	Passivo	Nota	2016	2015
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	271.818,50	350.424,39	Fornecedores a pagar		7.837,80	2.862,49
Adiantamentos		27.980,00	120.000,00	Impostos a pagar		3.410,87	162,05
Contas a receber		1.055,64	-			11.248,67	3.024,54
		300.854,14	470.424,39				
Não Circulante				Patrimônio líquido	6		
Imobilizado	4	9.820,36	4.610,22	Patrimônio social		472.010,07	-
				(Déficit) Superávit do exercício		(172.584,24)	472.010,07
						299.425,83	472.010,07
Total do ativo		310.674,50	475.034,61	Total do passivo e patrimônio líquido		310.674,50	475.034,61

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis


Roberto Livianu
Presidente
C.P.F. 126.257.348-44


Monica Rosenberg Braizat
Tessoureira
C.P.F. 130.240.468-79


Juliana Iazetti Venturini
Contadora - CRC 1SP 245105/O-9
Monello Contadores
CRC 2SP 014827/O-0

Instituto Não Aceito Corrupção

C.N.P.J. 23.151.364/0001-78

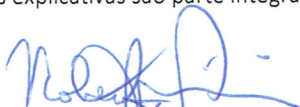
Demonstração dos resultados dos períodos

findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015


(Em Reais)

	Nota	2016	2015
Receitas das atividades institucionais			
Receitas de doações e patrocínios		207.292,00	509.200,83
Receitas de eventos e campanhas sociais		205.818,00	136.500,00
Receitas obtidas com serviços voluntários	7	78.499,80	32.708,25
Receitas financeiras		<u>25.702,51</u>	<u>335,83</u>
		517.312,31	678.744,91
Despesas com atividades institucionais			
Despesas administrativas	8	(607.749,54)	(173.653,22)
Despesas com serviços voluntários	7	(78.499,80)	(32.708,25)
Despesas tributárias		(2.067,43)	(147,60)
Despesas financeiras		<u>(1.579,78)</u>	<u>(225,77)</u>
		(689.896,55)	(206.734,84)
(Déficit) Superávit do exercício		<u>(172.584,24)</u>	<u>472.010,07</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis


Roberto Livianu
Presidente
C.P.F. 126.237.348-44


Monica Rosenberg Braizat
Tesoureira
C.P.F. 130.240.468-79


Juliana Iazzetti Venturini
Contadora - CRC 1SP 245105/O-9
Monello Contadores
CRC 2SP 014827/O-0

Instituto Não Aceito Corrupção

C.N.P.J. 23.151.364/0001-78

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Reais)

	<u>Patrimônio Social</u>	<u>Superávit (déficit) do exercício</u>	<u>Total do patrimônio líquido</u>
Saldo em 31/12/2014	0,00	0,00	0,00
Superávit do exercício	-	472.010,07	472.010,07
Saldo em 31/12/2015	-	472.010,07	472.010,07
Incorporação à conta patrimônio social	472.010,07	(472.010,07)	-
Déficit do exercício	-	(172.584,24)	(172.584,24)
Saldo em 31/12/2016	472.010,07	(172.584,24)	299.425,83

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



Roberto Livianu
Presidente
C.P.F. 126.237.348-44



Monica Rosenberg Braizat
Tesoureira
C.P.F. 130.240.468-79



Juliana Fazzetti Venturini
Contadora - CRC 1SP 245105/O-9
Monello Contadores
CRC 2SP 014827/O-0

Instituto Não Aceito Corrupção

C.N.P.J. 23.151.364/0001-78


Demonstração do fluxo de caixa - Método indireto


Exercício findo em 31 de dezembro de 2015


(Em Reais)

	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
(Déficit) Superávit do exercício	(172.584,24)	472.010,07
Ajustes por:		
Depreciação	985,26	38,72
Resultado líquido ajustado	(171.598,98)	472.048,79
(Aumento) redução nos ativos		
Em adiantamentos	92.020,00	(120.000,00)
Em contas a receber	(1.055,64)	-
Aumento (redução) nos passivos		
Em fornecedores a pagar	4.975,31	2.862,49
Em impostos a pagar	3.248,82	162,05
	<u>99.188,49</u>	<u>(116.975,46)</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(72.410,49)	355.073,33
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(6.195,40)	(4.648,94)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(6.195,40)	(4.648,94)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Variação do caixa e equivalentes de caixa	(78.605,89)	350.424,39
Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		
No fim do exercício	271.818,50	350.424,39
No início do exercício	350.424,39	-
Variação do caixa e equivalentes de caixa	(78.605,89)	350.424,39

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis


Roberto Livianu
Presidente
C.P.F. 126.237.348-44


Monica Rosenberg Braizat
Tesoureira
C.P.F. 130.240.468-79


Juliana Iazzetti Venturini
Contadora - CRC 1SP 245105/O-9
Monello Contadores
CRC 2SP 014827/O-0

Instituto Não Aceito Corrupção

C.N.P.J. 23.151.364/0001-78

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Reais)

1 Objetivos sociais

Instituto Não Aceito Corrupção, doravante “Instituto”, é uma associação civil sem finalidades econômicas ou lucrativas, constituído em 27 de julho de 2015, com prazo indeterminado de duração, sendo regido pelo seu Estatuto Social e pela legislação aplicável.

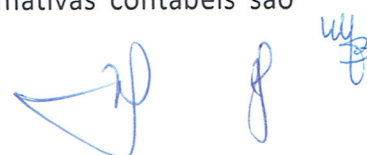
O Instituto tem por finalidade:

- a) Aprimorar e difundir conhecimento sobre o fenômeno da corrupção, bem como sobre mecanismos de combate e prevenção, através de pesquisas, seminários, palestras, treinamentos profissionais das áreas jurídicas e de compliance (conformidade), assim como para profissionais dos ramos de finanças, comunicação, educação e integrantes dos Três Poderes, entre outros;
- b) Ministrando cursos, elaborar e desenvolver trabalhos científicos, divulgar conteúdo através de mídias impressas e eletrônicas, eventos esportivos e culturais, entre outros;
- c) Promover campanhas de sensibilização de autoridades e apoio na definição de políticas públicas e diretrizes oficiais de combate e prevenção à corrupção;
- d) Criar mecanismos de certificação anticorrupção.

2 Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica ITG 2002 – “Entidade Sem Finalidade de Lucros”, e posteriores alterações, combinada com a NBC TG 1000 (“CPC PME”) (R1) – “Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas”, que visam orientar o atendimento às exigências legais sobre procedimentos contábeis a serem cumpridos pelas pessoas jurídicas de direito privado sem finalidade de lucros. Essas demonstrações foram preparadas com base no custo histórico como base de valor e ativos financeiros mensurados ao valor justo.

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são



Instituto Não Aceito Corrupção

C.N.P.J. 23.151.364/0001-78

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Reais)

reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

2.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Instituto e, também, a sua moeda de apresentação.

O Instituto não possui operações em moeda estrangeira.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos financeiros de curto prazo e de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, demonstrado ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

2.3 Apuração do resultado do período

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o princípio de competência do exercício.

2.4 Adiantamentos

Referem-se a antecipações efetuadas a fornecedores, cuja apropriação da despesa ocorrerá no momento em que ocorrer o seu fato gerador.

2.5 Imobilizado

Registrado ao custo histórico de aquisição, deduzido do valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, à taxa mencionada na Nota Explicativa 4, com base em taxas que levam em conta o tempo de vida útil econômica dos bens. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se ele for maior que seu valor recuperável estimado.

2.6 Redução ao valor recuperável

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado deve ser avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma

Instituto Não Aceito Corrupção

C.N.P.J. 23.151.364/0001-78

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Reais)

evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Administração do Instituto não identificou indícios que pudessem gerar uma redução ao valor recuperável.

2.7 Fornecedores a pagar

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos, sendo reconhecidas ao valor da fatura ou do contrato correspondente.

2.8 Patrimônio social

Acumula o superávit inicial do ano sua constituição (2015).

3 Caixa e equivalentes de caixa

	2016	2015
Caixa	3.745,58	419,40
Bancos conta movimento	30,00	350.004,99
Aplicações financeiras de liquidez imediata	<u>268.042,92</u>	<u>-</u>
	<u>271.818,50</u>	<u>350.424,39</u>

O Instituto mantém a parcela disponível do superávit aplicado financeiramente enquanto não reinvestido em atividades ligadas ao seu objeto social.

As aplicações financeiras que apresentam liquidez imediata, e que possuem resgates rotineiros em conformidade com a necessidade de caixa, estão sendo classificadas como caixa e equivalentes de caixa.

Instituto Não Aceito Corrupção

C.N.P.J. 23.151.364/0001-78

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Reais)

4 Imobilizado

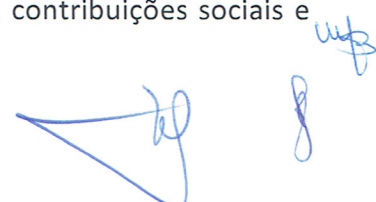
	2015				
	Taxa média deprec. % a.a	Saldo anterior	Aquisições	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10%	-	4.648,94	(38,72)	4.610,22
Total		-	4.648,94	(38,72)	4.610,22

	2016				
	Taxa média deprec. % a.a	Saldo anterior	Aquisições	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10%	4.610,22	-	(468,96)	4.141,26
Equipamentos de informática	20%	-	6.195,40	(516,30)	5.679,10
Total		4.610,22	6.195,40	(985,26)	9.820,36

5 Provisão para contingências

A Administração do Instituto, respaldada pela representação de seus assessores jurídicos não tem conhecimento de contingências trabalhistas, cíveis ou tributárias, bem como de outras naturezas, que requeiram a constituição de provisão para futura perda.

- (a) Imunidade tributária: O Instituto enquadra-se dentre as pessoas jurídicas sem fins lucrativos e cumpre integralmente todos os requisitos previstos no Código Tributário Nacional para gozo da imunidade (isenção) tributária prevista na alínea "c" do inciso VI do artigo 150 da Constituição Federal. A imunidade (isenção) tributária refere-se apenas a impostos, não alcançando as taxas, contribuições de melhoria, contribuições sociais e empréstimos compulsórios.



Instituto Não Aceito Corrupção

C.N.P.J. 23.151.364/0001-78

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Reais)

6 Patrimônio Líquido

O Patrimônio social acumula o superávit inicial de sua constituição e será empregado integralmente nos objetivos sociais, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 1.

Em caso de dissolução ou extinção do Instituto, o eventual patrimônio remanescente será destinado a entidades sem fins lucrativos congêneres dotada de personalidade jurídica, com sede e atividades preponderantes no Estado de São Paulo, preferencialmente no Município de origem; inexistindo, a uma entidade pública a critério do Instituto, a ser definida pela Comissão Liquidante, cuja composição será definida pelo Regimento Interno.

7 Receitas (despesas) com serviços voluntários

Conforme determinado pela ITG 2002, para efeito de cumprimento à resolução aplicável a Entidades Sem Finalidade de Lucros, o Instituto identificou e mensurou os trabalhos voluntários durante os exercícios de 2016 e 2015.

O valor do trabalho voluntário foi reconhecido com base em valores de mercado correspondentes a cada um dos serviços recebidos. Nenhum dos valores teve o desembolso de caixa correspondente, tendo sido reconhecidos como receita e despesa na demonstração do resultado.

8 Despesas administrativas e gerais

	2016	2015
Despesas com realização de eventos	(315.895,50)	(103.807,15)
Serviços profissionais de terceiros—pessoa jurídica	(184.130,73)	(42.825,50)
Despesas com ocupação de imóveis	(25.249,40)	(12.260,97)
Serviços profissionais de terceiros-pessoa física	(20.959,49)	(1.369,05)
Concessionárias de serviços públicos	(14.320,44)	(1.350,79)
Alimentação	(9.383,15)	(2.918,62)
Materiais de consumo	(7.536,66)	(3.224,31)
Estagiários	(4.218,40)	(1.150,00)
Depreciação / amortização	(985,26)	(38,72)
Outras despesas administrativas	(25.070,51)	(4.708,11)
	(607.749,54)	(173.653,22)

Instituto Não Aceito Corrupção

C.N.P.J. 23.151.364/0001-78

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015


(Em Reais)

9 Partes relacionadas


O Instituto não efetuou nenhuma transação ou contratou serviços de partes relacionadas.

Remuneração de pessoal-chave da Administração


Os diretores do Instituto, bem como seus conselheiros, instituidores ou benfeitores não recebem nenhuma remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, sob qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.



Roberto Livianu
Presidente
C.P.F. 126.237.348-44



Monica Rosenberg Braizat
Tesoureira
C.P.F. 130.240.468-79



Juliana Iazzetti Venturini
CRC 1SP 245105/O-9
Monello Contadores
CRC 2SP 014827/O-0